

# ARQUITETURA POPULAR: ESPAÇOS E SABERES<sup>1</sup>

Marcia Sant'Anna<sup>2</sup>

## RESUMO

O artigo informa sobre a elaboração de um Guia de Fontes sobre Arquitetura Popular, trabalho que vem sendo conduzido por um grupo de pesquisadores da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia. Trata também dos resultados preliminares dessa pesquisa, em especial, os relativos à identificação das características gerais da literatura atinente ao tema e à abordagem conceitual e metodológica que tem sido desenvolvida por estudiosos brasileiros e estrangeiros.

**Palavras-chave:** Arquitetura popular. Patrimônio cultural. Saberes tradicionais. Espaço arquitetônico.

## ABSTRACT

This paper informs on the elaboration of a Guide of Bibliographical Sources regarding Vernacular Architecture, a work conducted by a group of researchers from the Faculty of Architecture of the Federal University of Bahia. The paper also reports on the results achieved so far, in particular those relating to the identification of the general characteristics of the literature dedicated to the theme and the conceptual and methodological approach that have been developed by Brazilian and foreign scholars.

**Keywords:** Vernacular architecture. Cultural heritage. Traditional knowledges. Architectonic space.

---

<sup>1</sup> Artigo revisto, atualizado e ampliado em agosto de 2014. Foi apresentado originalmente no 1º Congresso Internacional de História da Arquitetura Luso-brasileira, promovido pela Universidade Federal do Espírito Santo, de 04 a 06 de setembro de 2013, e publicado na revista eletrônica **Políticas Culturais em Revista**, Volume 6, nº 02, 2013, pp. 40-63, disponível em <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/pculturais/issue/view/761>

<sup>2</sup> Doutora em Arquitetura e Urbanismo, Professor Adjunto II da Faculdade de Arquitetura e professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia.

## INTRODUÇÃO

A arquitetura produzida fora dos circuitos formais da construção civil – e a partir de saberes populares e ancestrais – é ainda um tema predominantemente estudado no âmbito da antropologia, da geografia cultural, da sociologia e outras áreas das ciências humanas. Os estudos de arquitetos e urbanistas não são abundantes e geralmente estão vinculados à preservação, conservação e restauração do patrimônio edificado ou à problemática do déficit habitacional e dos assentamentos urbanos ditos informais. Uma das razões dessa carência é o desprezo histórico da academia pelo tema (ver WEIMER, 2005, p. XXXVII) e a rotulação dessa produção como “construção” e não como “arquitetura”. Como observou Paola Berenstein Jacques, dirigir o olhar para o universo popular implica questionar a noção hegemônica de arquitetura como arte e saber eruditos (JACQUES, 2003, p. 11-20).

Tudo isso tem implicado uma certa ausência da produção arquitetônica popular no imaginário dos arquitetos e, em particular, dos estudantes de arquitetura. Essa relativa falta de informações, aliada ao baixo aproveitamento desses conhecimentos e técnicas no projeto arquitetônico contemporâneo, alimenta preconceitos na área da construção civil relacionados à durabilidade e à segurança das obras que produzem, além da ideia, abraçada pelos organismos de saúde pública, de que as técnicas baseadas no uso da terra, como a taipa-de-mão – por si só, e não devido a problemas de execução, proteção e conservação – propagam doenças como o Mal de Chagas. A marginalização da arquitetura de terra e de outras técnicas construtivas tradicionais tem ainda descartado possibilidades acessíveis de construção e de manutenção de habitações, promovido o risco de desaparecimento de modos e formas tradicionais de construir, além da desvalorização desses conhecimentos, ampliando, conseqüentemente, o desinteresse no seu aprendizado. Superar o baixo grau de transmissão e a aplicabilidade restrita das técnicas tradicionais é fundamental para reverter sua competitividade frágil no mercado da construção civil e o baixo capital simbólico que detêm hoje junto à sociedade. Não menos fundamental é o estudo das formas e dos espaços produzidos por segmentos sociais menos favorecidos, em seu enfrentamento e adaptação às situações mais diversas e adversas nos meios rural e urbano. Num país que em a maior parte da arquitetura das grandes e médias cidades é resultado de construção feita ou gerida pelo próprio morador, ignorar esse universo é, no mínimo, um sinal de alienação.

No processo de reversão desse quadro de descaso e ignorância, estudos acadêmicos têm o papel fundamental de produzir conhecimento sobre essa arquitetura e sobre os saberes que a constituem, bem como de promover o desenvolvimento conceitual e metodológico deste campo. Têm ainda o papel de valorizar os detentores desses saberes, abrindo espaço para sua atuação na construção civil e na área de ensino.<sup>3</sup>

As técnicas construtivas, a arquitetura e o assentamento produzidos com base na experiência popular são, ao mesmo tempo, um recurso para o desenvolvimento socioeconômico e também um patrimônio cultural da maior importância. Considerando esses fatores e a carência de informações sobre essa produção arquitetônica na Bahia,<sup>4</sup> professores e pesquisadores da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia<sup>5</sup> estão desenvolvendo estudos com vistas à documentação, numa perspectiva histórica e contemporânea, das características espaciais, construtivas, estéticas e semânticas da “arquitetura popular” produzida neste Estado. Focaliza-se a arquitetura e o assentamento popular que utilizam tanto técnicas construtivas tradicionais, como se apropriam de técnicas contemporâneas e aproveitam materiais de construção e outros produtos industrializados. Esses estudos começaram pela elaboração de um guia de fontes comentadas sobre esse universo e pelo inventário das técnicas construtivas tradicionais e da arquitetura popular na região da Chapada Diamantina, em parceria com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

O objetivo desse artigo é informar sobre os resultados do levantamento bibliográfico e documental feito até o momento para o Guia de Fontes sobre Arquitetura Popular, focalizando os temas privilegiados nessa literatura e as abordagens conceituais e metodológicas realizadas por estudiosos brasileiros e estrangeiros.

---

<sup>3</sup> Dentre as iniciativas de valorização do saber construtivo popular, destacam-se as experiências das Escolas Oficinas de Salvador, São Luiz e João Pessoa, assim como a do Centro de Estudos Avançados em Conservação Integrada – CECI, de Recife, que tem incluído artífices e mestres construtores importantes de Pernambuco em cursos relacionados a técnicas construtivas tradicionais.

<sup>4</sup> O último estudo de fôlego e abrangência sobre a arquitetura baiana, que incluiu sua dimensão popular, foi o Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia, coordenado pelo arquiteto e professor Paulo Ormino Azevedo.

<sup>5</sup> Além da autora deste artigo, fazem parte do grupo os Professores da FAUFBA Daniel Mellado Paz, Eugênio Ávila Lins e Luiz Antônio Fernandes Cardoso e as pesquisadoras Mariely Cabral Santana e Sílvia d’Affonseca Pimenta.

## **O GUIA DE FONTES SOBRE ARQUITETURA POPULAR**

O levantamento bibliográfico e documental realizado com vistas à elaboração do Guia de Fontes sobre Arquitetura Popular focalizou, por enquanto, obras relativas à Bahia, ao Brasil e a Portugal. Autores estrangeiros cujas pesquisas foram realizadas fora dessa área geográfica, mas que desenvolveram importantes reflexões conceituais e metodológicas sobre o tema foram também incluídos. Estudos que se debruçaram sobre a produção arquitetônica popular da Península Ibérica e de regiões da Europa, da África e da Ásia que alimentaram fluxos migratórios para o Brasil, deverão ser objeto de inclusão no guia em etapa de trabalho subsequente na medida em que podem ampliar a compreensão de aspectos históricos, técnicos e espaciais da arquitetura popular produzida no Brasil.

Com vistas à abordagem do fenômeno da arquitetura e do assentamento popular e à condução da leitura do material bibliográfico selecionado, foram estabelecidos cinco eixos orientadores: (1) conceitos e métodos; (2) saberes tradicionais e espaço arquitetônico, (3) tecnologia tradicional no território e no edifício, (4) construção autogerida em meio urbano, e (5) etnicidade e produção de territórios e paisagens.

Mais do que uma mera revisão bibliográfica, o guia de fontes pretende ser uma ferramenta de pesquisa na qual as referências bibliográficas e documentais comentadas são abertas à consulta e também à colaboração de pesquisadores nacionais e estrangeiros. Para tanto foi elaborado um *website* pelo Centro de Processamento de Dados da UFBA, contendo, entre outras informações, um banco de dados com as fichas elaboradas até momento.

As fontes que estão sendo pesquisadas são de espectro amplo, envolvendo além de livros e artigos publicados, pesquisas inéditas ou em andamento. A meta é que o guia de fontes se torne um trabalho de referência para pesquisadores do tema e de outros assuntos correlatos e que funcione ainda como uma ferramenta para o estabelecimento de prioridades e o planejamento de pesquisas.

As fichas que compõem o guia de fontes contêm, além de um comentário-resumo sobre a obra examinada, os seguintes dados: referência bibliográfica; informação sobre o(s) autor(es) e suas principais produções; localização do livro, texto, pesquisa ou documento em causa; informação sobre o conteúdo geral da fonte, com base nos eixos

orientadores da pesquisa, sumário e identificação de palavras-chave.

O Guia de Fontes sobre Arquitetura Popular está disponível desde setembro de 2014 no endereço <http://www.arqpop.arq.ufba.br> e a ideia é que pesquisadores não somente acessem, mas efetivamente colaborem com este instrumento, depositando fichas sobre seus próprios trabalhos e publicações e também de outros autores que estejam estudando. Num momento posterior e, certamente, mais sofisticado, este guia poderá abrigar inclusive mais de uma ficha sobre uma mesma obra, correspondendo a distintas “leituras” ou olhares sobre um fenômeno ou autor. A intenção, em suma, é construir um banco de dados “vivo”, aberto e em permanente alimentação. Para tanto, um grupo administrador, composto por pesquisadores do grupo baiano, receberá, avaliará e homologará as contribuições.

O trabalho realizado até o momento tem confirmado a importância desse levantamento e levado a refletir sobre certos pressupostos associados ao tema como, por exemplo, o da escassez de fontes. Embora se deva reconhecer que a produção técnica e acadêmica sobre arquitetura popular não tem a mesma abundância daquela relacionada a outros temas do campo da arquitetura e do urbanismo, este levantamento, ainda que inconcluso, já mostra que essa afirmação necessita ser relativizada. Mais do que escassez bibliográfica, parece que se está diante de um problema de falta de apropriação e divulgação dessas fontes, certamente, devido a sua não inclusão em atividades acadêmicas e didáticas, no âmbito dos cursos de arquitetura e urbanismo.

Apesar das dificuldades conceituais, metodológicas e operacionais que estão sendo enfrentadas, o guia de fontes já conta com cerca de 150 fichas ou obras comentadas. Embora ainda pequena, em comparação com o universo de obras selecionadas, essa amostragem já permitiu avançar em algumas reflexões e avaliações a respeito das características da bibliografia produzida em torno deste tema e do seu tratamento conceitual e metodológico no Brasil e no exterior.

## APONTAMENTOS SOBRE TEMAS BIBLIOGRÁFICOS RECORRENTES<sup>6</sup>

### *Arquitetura popular, sociedade, identidade e patrimônio*

No Brasil, conforme observado por Weimer (WEIMER, 2005, p. xxxvi), os estudos pioneiros que focalizam especificamente a produção arquitetônica popular surgiram articulados à vanguarda modernista e às iniciativas de preservação do patrimônio histórico nos anos de 1930. De modo central ou tangencial, Gilberto Freyre (1967), Lúcio Costa (1937) e Mário de Andrade (1937) abordaram o tema com distintas perspectivas – sociológicas, históricas ou arquitetônicas – e valorizaram essa produção como um indicador de *status* e relações sociais e como conjunto de particularidades técnicas, estéticas e arquitetônicas definidoras de uma tradição construtiva nacional. Assim, uma bibliografia brasileira sobre arquitetura popular surge articulada às questões da formação da sociedade brasileira, da identidade e do patrimônio nacional.

É preciso ressaltar, contudo, que as construções e as formas de morar no Brasil foram temas abordados nos relatos de visitantes e viajantes estrangeiros, como Auguste de Saint-Hilaire, que, durante o período colonial, descreveram, com maior ou menor abundância de detalhes, fazendas, engenhos, casas e casebres rurais e urbanos, bem como vilas, povoados e cidades. Embora, muitas vezes tratadas como curiosidades ou como uma forma de ressaltar a superioridade da civilização europeia (ver FARIA & REZENDE, 2010), esses relatos constituem, muitas vezes, as informações mais antigas e fidedignas sobre técnicas construtivas utilizadas nesse período e sobre a arquitetura e o assentamento produzidos pela gente da terra. No século XIX, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), já num contexto da busca pelos contornos definidores do Brasil independente, também tangenciou o assunto, ao empreender pesquisas sobre povos indígenas e suas formas habitar (ver MATEUS, 2013, p 31).

A difusão mundial da Carta de Veneza, de 1964, e do valor patrimonial que atribuiu à criação popular, ensejou no Brasil, a partir dos anos de 1970, a realização e a publicação de inventários arquitetônicos que incluíram ou se voltaram para a produção arquitetônica popular. Na Bahia, a principal referência nesse sentido é, sem dúvida, o

---

<sup>6</sup> Os próximos itens foram elaborados com a colaboração de Daniel Mellado Paz, Professor Assistente da Faculdade de Arquitetura da UFBA e membro da equipe de pesquisa.

Inventário de Proteção do Acervo Cultural (BAHIA, 1972-2002), obra publicada em sete volumes correspondentes às diversas regiões do Estado, que documenta locas<sup>7</sup> e outras manifestações da arquitetura popular. Estudos desse tipo foram feitos em outras regiões do país, a exemplo do inventário em 3 volumes sobre a arquitetura tradicional rural e urbana do Piauí realizado por Olavo Pereira da Silva Filho (SILVA FILHO, 2007).

Nessa linha e articulando preservação do patrimônio construído a um recorte étnico, surgiram também, a partir dos anos de 1980, inventários, estudos e publicações relacionados à arquitetura dos imigrantes europeus e asiáticos que aportaram no Brasil a partir da segunda metade do século XIX. Muitos desses trabalhos têm um perfil de documentação, como o de Jussara Valentini sobre a arquitetura do imigrante polonês no Paraná (VALENTINI, 1982) e o de Celina Kuniyoshi, Hugo Segawa e Walter Pires sobre a arquitetura japonesa em São Paulo (KUNIYOSHI; SEGAWA; PIRES, 1985). Além desses, cabe ressaltar os estudos de Paulo Iroquez Bertussi e Günter Weimer (1987) sobre a arquitetura do imigrante alemão e italiano no sul do Brasil. Na Bahia, o foco são os terreiros de candomblé de nação, ressaltando-se os trabalhos acadêmicos de Íris Nascimento (1989), Mabel Zambuzzi (2010) e Fábio Velame (2011), que abordam esses espaços rituais afro-brasileiros em suas implicações arquitetônicas, urbanas e também no que toca à sua preservação como patrimônio cultural.

Ainda na vertente ligada à preservação do patrimônio, a vereda relativa às técnicas construtivas tradicionais tem como um dos seus mais importantes iniciadores Sylvio de Vasconcelos, autor de uma das obras de referência mais importantes sobre o assunto (VASCONCELLOS, 1979). Os estudos sobre essas técnicas e temas correlatos tornaram-se, entretanto, bastante abundantes, respondendo por grande parte da produção mais recente e contemporânea. Mário Mendonça de Oliveira é, sem dúvida, um dos desbravadores dessa linha, que aborda também a questão da conservação e da restauração do patrimônio edificado (OLIVEIRA, 1995 e OLIVEIRA, SANTIAGO e LEAL, 1996), e inclui trabalhos como os de Cybele Santiago (SANTIAGO, 2001) e de Maria Isabel Kanan (KANAN, 2008).

---

<sup>7</sup> As locas ou “tocas” são moradias escavadas na rocha e fechadas com fachadas feitas em alvenaria de pedra seca ou taipa de sopapo. Na Bahia, ainda existem exemplares na Chapada Diamantina e no sertão.

As publicações relacionadas à história da construção no Brasil possuem também interfaces com a questão do patrimônio e com a arquitetura popular, sendo um exemplo importante nesse sentido os trabalhos de Júlio Katinsky que versam sobre a história da técnica no Brasil colonial (KATINSKY, 1998).

A difusão mundial da noção de patrimônio cultural imaterial a partir dos anos de 1990 teve como um de seus efeitos no Brasil o incremento dos levantamentos e estudos voltados para as tecnologias tradicionais, já que constituem pontos de concretização e de visibilidade da interação entre as dimensões material e imaterial do patrimônio cultural. No Brasil, podem ser citados como estudos dessa natureza os inventários das técnicas construtivas tradicionais ainda vigentes em Minas Gerais, Pernambuco e Santa Catarina, no âmbito do Projeto Mestres e Artífices do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (ver Mestres e Artífices de Minas Gerais, 2012; Mestres e Artífices de Pernambuco, 2012 e Mestres e Artífices de Santa Catarina, 2012). A partir de convênio firmado com o Iphan, a Faculdade de Arquitetura da UFBA iniciará ainda em 2014 um inventário dessa natureza na região da Chapada Diamantina.

Segundo Mateus (2013), em Portugal, os primeiros estudos sobre habitação e arquitetura popular surgem entre 1870 e 1890, integrados a investigações etnográficas sobre tradições populares e muito voltados para a definição de uma identidade portuguesa – ideia que, a despeito de avanços ocorridos nos anos 1920 no sentido do reconhecimento de influências africanas e asiáticas, permaneceu predominante até a década de 1950. Essa visão da arquitetura popular como símbolo da nação também fundamentou o movimento denominado “Casa Portuguesa”, contemporâneo do movimento Neocolonial brasileiro e que também buscava adaptar características da arquitetura tradicional aos programas e sistemas construtivos modernos. Somente a partir dos anos de 1960, surge uma produção bibliográfica que focaliza de modo mais consistente aspectos tecnológicos e socioeconômicos da arquitetura popular portuguesa, tendo como expoentes Ernesto Oliveira, Fernando Galhano e Orlando Ribeiro. Segundo Mateus (2013, p 41), essa abordagem mais “madura” ainda daria o tom das investigações contemporâneas.

O vínculo entre arquitetura popular, como expressão de modos tradicionais de construir num determinado território, identidade nacional e patrimônio não é, naturalmente,

exclusivo do Brasil e de Portugal. Conforme observado por Oliver (1997, p. xxxiii-xxxv), os estudos sobre arquitetura vernacular adquiriram um caráter mais sistemático no século XIX a partir dos avanços da arqueologia e da etnografia e também da sua associação na Europa à questão da nacionalidade.

#### *Arquitetura popular e cultura*

Ainda que sem uma ênfase arquitetônica específica, o espaço produzido por grupos étnicos tem sido objeto de atenção no Brasil desde o final do século XIX, como comentado no item anterior. Neste rol estão também os estudos de Nina Rodrigues sobre o negro e seus espaços de vivência em Salvador, nos quais descreve a configuração e o uso dos espaços de terreiros de candomblé de “nação” nagô (RODRIGUES, 1977, p. 215). Essa linha de investigação voltada para a cultura afro-brasileira e seus espaços foi desenvolvida, a partir dos anos de 1940, por antropólogos brasileiros e estrangeiros, como Edison Carneiro (CARNEIRO, 1967) e Roger Bastide (BASTIDE, 2001), que se debruçaram sobre o mundo africano na Bahia e cujas reflexões são ainda válidas e vistas como fundamentais para estudos contemporâneos que relacionem cultura, arquitetura e assentamento popular. Nos anos de 1980, cabe destacar o trabalho da antropóloga Juana Elbein dos Santos, pelo foco específico que põe na questão espacial dos terreiros de candomblé baianos (SANTOS, 1986).

Os estudos acima mencionados, embora importantes para o entendimento do significado, do uso e da apropriação do espaço popular afro-brasileiro, bem como, mais amplamente, da formação de assentamentos populares urbanos, não são específicos da área de arquitetura e urbanismo. Os estudos dessa área são menos abundantes e de lavra mais recente, cabendo destacar a obra do arquiteto Marianno Carneiro da Cunha sobre a arquitetura “brasileira” criada na Nigéria e no Benim a partir do retorno de antigos escravos à terra natal, onde construíram sobrados e casas que reproduzem características da arquitetura colonial do Brasil (CUNHA, 1985).

Mas os estudos mais abundantes existentes no Brasil sobre a arquitetura e o assentamento como produtos culturais focalizam, em geral, povos indígenas, sendo antropólogos os seus principais autores. Por essa razão, uma ênfase maior é dada a aspectos simbólicos e relacionados ao uso do espaço, bem como às relações entre estrutura social e espaço construído. A arquitetura indígena é então relativamente pouco

estudada em seus aspectos arquitetônicos e construtivos e, assim, estudos mais específicos como os de Maria Heloísa Fenélon Costa (1986), Hamilton Botelho Malhano (1989; 1993) e Getúlio Alho (1985), não são muitos. A edição da *Encyclopedia of vernacular architecture of the world*, sob a coordenação de Paul Oliver (OLIVER, 1997), contudo, reuniu no Brasil um expressivo conjunto de estudos que, ainda que composto por textos apresentados em forma de verbetes, dá conta dos aspectos simbólicos, espaciais e construtivos da arquitetura dos seguintes povos indígenas: Tucano, Araueté, Caiapó, Timbira, Bororo, Judjá-Juruna, Kalapalo, Kuikuro, Wagifitì-Matipu, Jaganmì-Nahukwá, Ikipeng-Tishkão, Yawalapíti, Mehináku, Waurá, Kamayurá, Awetí e Yanomami.

No plano internacional, as obras que vinculam arquitetura popular e traços culturais são mais abundantes e constituem, do ponto de vista conceitual e metodológico, a vertente mais importante. A origem desses estudos se encontra na Europa e tem início no século XIX, vinculados à formação ou afirmação de Estados-nação de cujas construções raciais míticas surgiu a moderna antropologia.

Em obra que organiza tematicamente seus próprios estudos e artigos sobre arquitetura vernacular, Paul Oliver observa que os antropólogos só começaram a dar atenção às edificações em suas pesquisas a partir dos anos de 1930, sendo um marco a obra de Grioule, de 1949, sobre o simbolismo e os valores atribuídos às edificações do povo Dogon, do Mali, na África (OLIVER, 2006, p. 411-425). Embora estudos tipológicos sobre a arquitetura rural da França tenham começado já durante a ocupação nazista, somente foram publicados nos anos de 1980, exercendo, a partir de então, grande influência na Europa. Apesar do privilégio dado pelos europeus à arquitetura monumental, trabalhos como *Habitation des Fali*, de Lebeuf (1961), ressaltaram a riqueza das tradições construtivas do Oriente Médio, do Sul e do Oeste da África e da Ásia (IDEM, IBIDEM).

Uma abordagem nova e alternativa do tema, entretanto, surgiu com Amos Rapoport, a partir da publicação do livro *House, form and culture* (1969) e de outros trabalhos. Nas décadas seguintes, estudos correlatos cresceram em vários países, caracterizando-se por registros da casa e da vida doméstica como objetos em vias de desaparecimento (OLIVER, 2006, p. 413). Estudos internacionais e comparativos entre culturas

demoraram a se desenvolver, mas o interesse de algumas escolas de arquitetura pelo tema e a falta de publicações mais abrangentes animaram Paul Oliver a escrever o livro *Dwellings: the house across the world* (1984) e a organizar, a partir de 1988, a primeira enciclopédia sobre o tema – a *Encyclopedia of vernacular architecture of the world* (OLIVER, 1997) –, atualmente a principal referência do campo.

As obras de Rapoport e Oliver caracterizam-se pela abordagem da arquitetura popular (ou vernacular) como parte de fenômenos culturais globais. Outro autor europeu que pode ser inserido nessa linha de abordagem é o italiano Enrico Guidoni que, nas obras *Architettura primitiva* (publicado originalmente em 1975) e *L'architettura popolare italiana* (1980), enfatiza o papel dos traços culturais não somente nos aspectos espaciais, decorativos, artísticos e simbólicos da arquitetura popular, mas também no espaço dos assentamentos urbanos (GUIDONI, 1980, p. 89-93; p. 149-159).

#### *Arquitetura popular, habitação e cidade*

No Brasil, uma abordagem referencial sobre a arquitetura e o assentamento popular urbano ou, em outras palavras, sobre a favela, encontra-se na obra do arquiteto e urbanista carioca Carlos Nelson F. dos Santos, um dos primeiros a ir contra a política de remoção desses assentamentos, a defender a favela como uma solução inerente ao sistema capitalista de produção do espaço, bem como a necessidade de integrá-la à cidade. Sua obra constitui um dos pontos de partida, de certa forma, orientador de estudos subsequentes que abordaram o tema do ponto de vista etnográfico e arquitetônico. Sua abordagem é, de certa forma, tributária das ideias do arquiteto e urbanista inglês John Turner e de suas experiências nos assentamentos populares – as *barriadas* – do Peru (TURNER, 1977), embora Santos não o reconheça explicitamente. No livro *Movimentos Urbanos no Rio de Janeiro* (1981), que corresponde à publicação de sua dissertação de mestrado defendida em 1979, Santos, além de apresentar uma teoria inovadora sobre esses movimentos, aborda o tema da arquitetura e do assentamento popular através do bairro do Catumbi e das favelas cariocas de Brás de Pina e Morro Azul. Santos reconstitui a história dessas ocupações, sua formação inicial e desenvolvimento, os espaços dos “barracos” – que ainda predominavam, à época, nas favelas cariocas – e identifica o surgimento de uma arquitetura popular em alvenaria a partir da implementação de planos de urbanização idealizados para essas localidades.

Identifica nas casas desenhadas pelos próprios moradores uma tendência de “imitar” apartamentos de classe média, cujas plantas são anunciadas nos jornais ou são conhecidas por moradores das favelas como locais de trabalho, e de incorporar seus signos de status. Identifica ainda o surgimento de ações especulativas nesses assentamentos, ressaltando sua articulação à lógica capitalista de produção do espaço e advogando que ao invés de se ignorar esse fato, se busque aprender com ele.

Diferentemente de Carlos Nelson F. dos Santos e de alguns outros autores, no Brasil, a maioria dos estudos abordam a questão dos assentamentos populares urbanos em sua relação com as políticas urbanas, fundiárias e habitacionais, sendo notória a falta de reflexão sobre sua forma e arquitetura. No que diz respeito à habitação popular, Lícia Valladares mostra que a literatura brasileira gira em torno basicamente dos temas da ação governamental, da relação entre moradia e trabalho, da formação de periferias urbanas, da favela e da autoconstrução (VALLADARES, 1983, p. 21-77). Ainda segundo esta autora, as favelas são estudadas principalmente a partir dos pontos de vista do processo de ocupação, das características e do significado da moradia (sob influência direta, como já mencionado, dos escritos de John Turner e William Manguin) e das alternativas de intervenção governamental. No que diz respeito à autoconstrução, o foco espacial são as periferias das grandes cidades, ressaltando-se a influência nesses estudos de uma concepção de autoconstrução como trabalho não pago que favorece a expansão capitalista, tal como explicitado pioneiramente por Francisco de Oliveira. Ainda segundo Valladares, seriam seguidores dessa linha de abordagem Hermínia Maricato, Raquel Rolnik e Nabil Bonduki, dentre outros, sendo da primeira autora a definição de autoconstrução como “o processo através do qual o proprietário constrói sua casa sozinho ou auxiliado por amigos e familiares (...) nos seus horários de folga do trabalho remunerado” (IDEM, IBIDEM). Por fim, Valladares aponta que outro enfoque desta literatura são as análises comparativas do processo construtivo no que diz respeito a aspectos sociais, econômicos e técnicos.

Como se vê, nos anos de 1980 já estava claro o baixo investimento nos aspectos propriamente arquitetônicos e de forma urbana relacionados aos assentamentos populares das metrópoles brasileiras. Uma autora, contudo, que, como Carlos Nelson F. dos Santos, pode ser destacada como estudiosa e teórica desses últimos aspectos é Paola Berenstein Jacques (ver JACQUES, 2003), cuja obra também volta-se para os

aspectos estéticos dessa produção arquitetônica e espacial, como se comentará mais adiante. Na Bahia, entretanto, alguns estudos mais recentes têm se debruçado sobre as características arquitetônicas e construtivas dos assentamentos populares urbanos, a exemplo dos de Jean Paul Aka (1997), Eduardo Teixeira Carvalho (2002) e Silvia Bochicchio (2008). O baixo investimento, já detectado nos anos de 1980, em análises arquitetônicas, tipológicas, morfológicas e de configuração espacial relativas aos assentamentos populares urbanos permanece infelizmente nos estudos contemporâneos. Em outras palavras, há uma abundância de estudos que investigam as implicações sociológicas, econômicas e políticas dos assentamentos urbanos populares e relativamente poucos que buscam entender o espaço arquitetônico que neles é produzido.

A literatura internacional, especialmente a que associa arquitetura popular e fenômeno cultural, aborda a questão dos assentamentos populares urbanos, de modo marginal, em decorrência dos conceitos de arquitetura “vernacular” ou “popular” que adotam, os quais foram desenvolvidos, primordialmente, a partir de culturas ditas “primitivas”, “tradicionais”, camponesas ou relativamente isoladas e autônomas (RAPOPORT, 1969, p. 3; GUIDONI, 1980, p. 3-4). De todo modo, ressaltam a importância do aproveitamento desses saberes tradicionais no planejamento da questão habitacional urbana e nas políticas correlatas, especialmente em países periféricos, inclusive como uma das questões que justificam o estudo da arquitetura produzida fora dos circuitos formais. Considerando-se, contudo, o foco específico na arquitetura e na urbanística dos assentamentos urbanos populares, os estudos de John Turner, entre os quais, *Housing by people: towards autonomy in building environments* (1977), são referenciais e inauguram uma importante vertente de trabalhos na América Latina que é, até hoje, explorada.

A produção bibliográfica internacional mais abundante, no cômputo geral, focaliza os aspectos políticos, tecnológicos, ecológicos, socioeconômicos, sociopolíticos e urbanísticos do problema do assentamento popular urbano, sem grande atenção também para com seus aspectos arquitetônicos, criativos ou estéticos. Um exemplo importante de autor contemporâneo que segue essa linha e, diferentemente dos autores das décadas de 60 e 70, aponta o lado sinistro, miserável e sem saída da favela contemporânea como

resultado do capitalismo em sua forma neoliberal, é Mike Davis, em *Planeta Favela* (2006).

### *Arquitetura popular e sustentabilidade*

No Brasil, a meta da sustentabilidade aplicada à arquitetura é, em grande parte, definida em termos de adequação climática, desempenho energético e uso de recursos naturais renováveis. Surge em projetos arquitetônicos e experiências no campo da construção que utilizam técnicas construtivas tradicionais, como o adobe e o pau a pique, e em trabalhos experimentais de arquitetos, engenheiros e outros profissionais das áreas tecnológicas, que buscam o aperfeiçoamento dessas técnicas como base para o desenvolvimento de sistemas construtivos mais baratos, aplicáveis às políticas de produção de habitações a baixo custo e acessíveis aos segmentos populares. São exemplos de estudos recentes elaborados neste sentido, o de Geraldo Bezerra Araújo (ARAÚJO, 2007), que trata da melhoria tecnológica das vedações em técnica mista de barro e madeira, e do estudo coordenado por Edna Moura Pinto sobre o uso da taipa de mão como solução técnica para construções sujeitas a abalos sísmicos (PINTO *et alli*, 2013).

Com relação à arquitetura popular, o tema da sustentabilidade não é muito explorado, embora a sua adequação climática seja amplamente reconhecida. Considerações sobre aspectos relacionados ao clima, à integração com o meio ambiente e à utilização sustentável de recursos naturais surgem também de modo recorrente em estudos relacionados à produção arquitetônica indígena.

No plano internacional, tendo em conta os levantamentos bibliográficos realizados até o momento, é possível notar que a questão da sustentabilidade rivaliza em importância com aquele fundamentado em traços e características culturais. Trata-se de uma literatura que aborda a arquitetura popular a partir de suas relações com o ambiente natural, com as condições climáticas e com os materiais utilizados, avaliando-a também a partir do seu desempenho energético. Um exemplo desse tipo de abordagem encontra-se em artigo de Paul Oliver, publicado primeiramente em 2002, no qual defende a arquitetura vernacular como a arquitetura sustentável por excelência e ressalta seu caráter fundamental de adaptação às necessidades humanas, colocando-a como estratégica para a solução dos problemas do mundo no século XXI (OLIVER, 2006 b).

Outros exemplos dessa linha de estudos são os que tratam do desempenho térmico da arquitetura vernacular italiana (BLASI, MERELLO & SCUDO, 1985), da chamada “arquitetura bioclimática”, ou seja, a arquitetura tradicional que apresenta grande eficiência térmica e adaptação ao meio, em especial, nos climas frios e zonas semiáridas (IZARD & GUYOT, 1983), ou que abordam a questão da adequação climática associada a expressões específicas como a arquitetura troglodítica (LOUBES, 1985). Por fim esta linha de abordagem também surge em Alfonso Ramírez Ponce, no texto *Arquitetura regional e sustentável* (RAMIREZ PONCE, 2008).

As técnicas construtivas tradicionais são também abordadas por autores estrangeiros como alternativas para construções baratas e para o enfrentamento do déficit habitacional dos países em desenvolvimento. Um bom exemplo desse tipo de abordagem é o artigo de Paul Oliver, *Earth as a building material today*, publicado originalmente em 1983 (OLIVER, 2006 b) e toda a obra do arquiteto Hassan Fathy.

#### *Arquitetura popular e expressão estética*

A exposição *Arquitetura sem arquitetos* (1964), organizada por Bernard Rudofsky no Museu de Arte Moderna de Nova Iorque, influenciou decisivamente uma visão estética da arquitetura popular (RUDOFSKY, 1964). Nesta célebre exposição, Rudofsky chama a atenção para a beleza dessa arquitetura, equiparando-a e colocando-a, pela primeira vez de modo explícito, lado a lado com obras excepcionais da natureza.

Na bibliografia produzida no Brasil não verificamos, até o momento, uma exploração abundante ou constante das relações entre arquitetura, estética e arte popular. Uma autora pioneira no sentido do resgate e da valorização do design popular é, sem dúvida, Lina Bo Bardi que no seu livro *Tempos de Grossura: o Design no Impasse*, escrito em 1980, no qual defende o que chama de “civilização popular” como a base fundacional para a produção de um design verdadeiramente nacional (BARDI, 1994). Outros autores que merecem destaque como pioneiros neste sentido são Dinah Guimaraes e Lauro Cavalcanti que na obra *Arquitetura kitsch suburbana e rural* (1979), na qual abordam o fenômeno *kitsch* na arquitetura suburbana como reação antropofágica das massas populares à cultura de elite e como produto de um processo semelhante ao que produz as vanguardas artísticas (GUIMARAENS & CAVALCANTI, 1979).

No livro *Estética da ginga: a arquitetura das favelas através da obra de Hélio Oiticica*

(2003), Paola Berenstein Jacques traz também importantes reflexões sobre a arquitetura desses assentamentos populares como produtos de uma determinada estética que encontra paralelo na obra do tropicalista Oiticica. Como já comentado, esta obra contém ainda reflexões conceituais e metodológicas importantes para o campo, especialmente no que diz respeito às formas arquitetônica e urbanística e sua lógica de produção, crescimento e transformação.

#### *A arquitetura popular em si mesma*

Tanto no Brasil quanto no exterior é possível afirmar que existe uma bibliografia relativamente abundante que inclui indiretamente ou subsidiariamente o tema da arquitetura popular. Contudo, tanto lá como aqui, as obras específicas sobre o tema, com um caráter mais abrangente e não apenas baseadas em relatos de casos, não são numerosas.

No Brasil, além de textos pioneiros de caráter mais específico como “Documentação Necessária”, de Lúcio Costa (1937), no qual analisa a arquitetura urbana do período colonial e ressalta o papel dos mestres construtores; e “Notas sobre Arquitetura Rural do Segundo Século”, de Luís Saia (1944), onde se estuda detalhadamente os aspectos arquitetônicos e construtivos das sedes de fazendas do século XVII em São Paulo, trabalhos que abordam seja de modo exclusivo ou não uma arquitetura produzida sem a participação formal de arquitetos, surgem nos anos de 1970. O mais voltado para o tema da arquitetura ou, mais especificamente, da moradia popular é o já célebre *Cozinhas, etc*, de Carlos Lemos (1978). Nesta obra, Lemos busca entender, através da análise das zonas de serviço, as características fundamentais da casa popular paulistana e, a partir dela, o que denomina de “casa popular autêntica”, ou seja, aquela que teria como principal traço a “superposição de quase todas as funções habitacionais”, observação (LEMOS, 1978, p. 12-14).

Outro estudo arquitetônico importante e também lançado nos anos de 1970, é *Quadro da arquitetura no Brasil*, de Nestor Goulart Reis Filho (1978). Embora não seja um livro especificamente sobre arquitetura popular, ao traçar um panorama da arquitetura produzida no Brasil no período colonial e no século XIX, Reis Filho ressalta a presença da tradição popular portuguesa na uniformidade dos partidos arquitetônicos, bem como

o papel dos escravos na construção e na reprodução adaptada e, portanto, abasileirada de modelos europeus eruditos.

Trabalhos mais especificamente dedicados ao tema da arquitetura popular e com caráter mais abrangente, contudo, são muito recentes no Brasil. O livro *Arquitetura popular brasileira*, de Günter Weimer (2005) é o mais significativo. Nesta obra, Weimer fornece um panorama geral, focalizando as raízes indígenas, africanas e europeias, bem como as variantes regionais, rurais e urbanas da arquitetura popular produzida no Brasil. Este é também o primeiro trabalho a utilizar e defender explicitamente o uso da expressão “arquitetura popular” para designar esta produção. Desde os anos 1980, Weimer tem se dedicado ao tema e publicado várias obras sobre arquitetura popular no Rio Grande do Sul, em especial, sobre a produzida pelos imigrantes alemães.

Atualmente, a obra mais específica e também a mais abrangente sobre o tema é a já mencionada *Encyclopedia of Vernacular Architecture of the World* (1997), editada por Paul Oliver. Reúne conhecimentos produzidos em todo o mundo sobre a arquitetura popular contemporânea e também sobre aquela originária de épocas passadas, mas que permanece em uso no presente. Além da apresentação de verbetes sobre as tradições arquitetônicas e construtivas de todo mundo, organizadas segundo regiões culturais amplas, a enciclopédia contém um volume com textos de diversos estudiosos que dão conta das teorias e dos princípios que estruturam o campo. Apesar de abandonar corretamente as divisões geopolíticas e adotar a ideia de regiões culturais, as delimitações utilizadas nesta obra são bastante questionáveis. O Brasil, por exemplo, está dividido em apenas duas “regiões culturais” – denominadas Amazônia e Brasil Sul – o que nem de longe corresponde à diversidade cultural e geográfica que o país contém, além de envolver numa mesma região cultural realidades e tradições construtivas muito díspares e de distintas origens.

A *Encyclopedia of Vernacular Architecture of the World* corresponde, contudo, ao resultado mais recente e abrangente de uma tradição de estudos especificamente arquitetônicos iniciados entre os anos de 1940 e 1960, que têm como marcos os realizados na França, Romênia e Portugal, além de obras como *Arquitetura sem arquitetos*, de Bernard Rudofsky (1964) e *House, form and culture*, de Amos Rapoport (1969) – este último, sem dúvida, o autor que mais influenciou os estudos

contemporâneos.

## **O PROBLEMA CONCEITUAL E METODOLÓGICO**

Um dos principais problemas do campo diz respeito à abordagem conceitual e metodológica da “arquitetura popular”. Na presente pesquisa, a escolha dessa expressão orientou-se, basicamente, pela capacidade que tem de comunicar para os sujeitos e grupos sociais que este universo envolve, o interesse primordial dessa investigação: a arquitetura e o assentamento que são produzidos fora do circuito especializado da arquitetura e do urbanismo e que, independentemente da época de sua construção, se encontra em uso. Além disso, a expressão “arquitetura popular” contribui para dar ênfase e visibilidade àqueles que detêm os conhecimentos que viabilizam essa produção e para ressaltar os valores cognitivos, estéticos, utilitários e outros que podem ser associados a ela e que demonstram seu potencial de resposta a demandas contemporâneas. Seu uso neste trabalho não decorre, portanto, de considerações de ordem etimológica, como em Weimer (2005, p. xxxix; p. xl), mas deriva também do fato de que o neologismo “vernacular”, quando aplicado à arquitetura, restringe-se ao campo acadêmico e especializado, não sendo facilmente compreendido fora dele.

De resto, adota-se nesta pesquisa uma postura crítica à abordagem do conceito como um fim em si mesmo, e à pretensão de que constitua uma descrição acabada e definitiva do objeto. Tendo-se em conta o caráter dinâmico da realidade, encara-se o conceito, como uma ferramenta passível de aperfeiçoamento e de adequação às questões que são permanentemente colocadas ao objeto da investigação por uma realidade que extrapola e, inclusive, resiste à conceituação. Parte-se, ainda, da consciência do papel político e do caráter “provisório” que os conceitos têm em cada estudo, na medida em que são aparatos cognitivos voltados para a compreensão de realidades em constante transformação e que exigem, o tempo todo, a atualização desses aparatos. Avalia-se, em princípio, que a delimitação do campo, a explicitação das questões para as quais se deseja encontrar respostas e o horizonte de experiências relacionadas ao objeto sejam as bases para a elaboração de um conceito de caráter operacional que dê conta dos fenômenos arquitetônicos e urbanísticos em estudo. A expressão escolhida para comunicar esse conceito deve ser clara e facilmente compreensível, mas isso não é o

mais importante, pois, qualquer que seja, dificilmente dará conta de expressar direta e plenamente todo o seu conteúdo e nuances.

Essas considerações orientaram o exame do desenvolvimento conceitual e metodológico do tema da arquitetura popular na literatura produzida por autores como Rapoport (1969), Oliver (2006), Guidoni (1980), Rudofsky (1964; 1977), Ramirez-Ponce (2008), Jacques (2003) e Weimer (2005), onde a questão conceitual e metodológica surge com mais destaque. O exame comparado dessas abordagens permitiu identificar as “portas de entrada” (ou aspectos da realidade) por meio das quais esses autores construíram seus conceitos e avaliar, ainda que em linhas muito gerais e incompletas, algumas implicações metodológicas dessas escolhas. O que se apresenta a seguir corresponde aos apontamentos decorrentes desse exame.

Inicialmente, cabe ressaltar, no conjunto de autores citados, a prevalência da abordagem do tema da arquitetura popular como um fenômeno primordialmente sociocultural, sendo, neste caso, Amos Rapoport a principal referência. Na sua abordagem, o “recorte” societário tem impacto considerável no desenvolvimento conceitual, já que este autor privilegia em seus estudos o que chama de sociedades “primitivas” e “vernaculares”. As primeiras corresponderiam a grupos sociais tecnológica e economicamente pouco desenvolvidos e orientados fundamentalmente pela tradição, nos quais a atividade construtiva é amplamente dominada por todos e não especializada (RAPOPORT, 1969, p. 2-4). As segundas são subdivididas pelo autor em “pré-industriais” e “modernas”, sendo as primeiras correspondentes a sociedades mais desenvolvidas, em termos econômicos e tecnológicos, do que as “primitivas”, mas nas quais o peso da tradição ainda é importante e a atividade construtiva possui certo grau de especialização (IDEM, p. 4-6). As sociedades “vernaculares modernas” corresponderiam, por fim, aos segmentos sociais de classe média ou de baixa renda das sociedades urbanas da era industrial que, em um contexto de “perda” de tradições e de um excesso de escolhas relacionadas à atividade construtiva, tornariam questionável a existência de uma arquitetura realmente “vernacular”, dando lugar ao que o autor denomina de “idioma moderno *folk*”. Este idioma estaria baseado em tipos edilícios feitos “para” o gosto popular e não “pelo” povo, embora implique a existência de “valores compartilhados” (IDEM, p. 7).

A tese central de Rapoport sobre a arquitetura produzida pelas sociedades que define como “primitivas” e “vernaculares” pré-industriais postula então que são os fatores socioculturais, mais do que os climáticos, tecnológicos e construtivos, os responsáveis pela forma que as edificações adquirem no âmbito dessas sociedades. Estes últimos, juntamente com os materiais disponíveis, a conformação do sítio físico, as necessidades de defesa e a economia, seriam, na realidade, “fatores de mudança”. O modo de vida, os valores compartilhados pelo grupo e a busca do “ambiente ideal” de cada cultura, em suma, é que determinariam realmente a forma das edificações. O estudo de Rapoport em *House, Form and Culture* (1969), contudo, se concentra na habitação, pois, a seu ver, é a casa que mostra mais claramente os vínculos entre forma e padrões de vida, embora reconheça que edifícios religiosos, construções utilitárias e provisórias, temporárias ou portáteis, possam também ser indicadores dessa relação.

O conceito de “arquitetura vernacular” de Rapoport, assim delimitado, implica então a proposição de uma metodologia de pesquisa que busca dar conta tanto do fenômeno cultural e social no qual a arquitetura em causa se insere, quanto dos aspectos arquitetônicos e construtivos propriamente ditos, implicando, portanto, a integração de métodos e instrumentos de análise de áreas de conhecimento distintas. Remete, em suma, a uma metodologia integrada e interdisciplinar, capaz de dar conta dos vínculos entre vida social e forma arquitetônica (RAPOPORT, 1969, p. 16). Segundo essa abordagem, as edificações devem ser estudadas a partir da avaliação das permanências (ou da falta de mudança) e da análise dos edifícios em si mesmos (IDEM, p. 15).

Embora influente, a *démarche* conceitual e metodológica de Rapoport, na medida em que considera o “vernacular moderno” como resultado de contextos de “perda” de tradições e de vínculos culturais grupais, não se aplica à maior parte da arquitetura popular contemporânea realizada nos países periféricos, ou em desenvolvimento, a qual é majoritariamente construída ou gerida por grupos e indivíduos cujos traços culturais não são necessariamente homogêneos. Por fim, sua abordagem ignora, mesmo com relação às sociedades culturalmente mais homogêneas, isoladas ou localizadas em meio rural, o inevitável contato contemporâneo com o modo de vida citadino e com o mundo capitalista e sua lógica da mercadoria.

A abordagem conceitual e metodológica de Paul Oliver é análoga e até decorrente de

uma relação mestre/aprendiz estabelecida com Rapoport. Uma abordagem conceitual e metodológica semelhante à deste último autor é adotada em vários artigos de Oliver, nos quais, em que pese um olhar mais aberto para as expressões vernaculares modernas, enfatiza a arquitetura vinculada a estágios tecnológicos menos desenvolvidos, a sociedades étnica ou culturalmente homogêneas ou, ainda, a assentamentos rurais ou urbanos de menor complexidade (ver OLIVER, 2006). Oliver também enfatiza a habitação como principal indicador das relações entre arquitetura e cultura, mas abarca um espectro tipológico e geograficamente mais amplo do que Rapoport em *House, Form and Culture*, manifestando uma preocupação menor quanto à construção de uma teoria geral sobre o fenômeno da “arquitetura vernacular” – o que é muito presente em Rapoport – e maior no que diz respeito à sua documentação, preservação e uso contemporâneo (ver OLIVER, 2006). Na *Encyclopedia of Vernacular Architecture of the World* (1997), contudo, apresenta uma concepção mais dual dessa arquitetura, articulando-a tanto a aspectos ambientais, tecnológicos e materiais, quanto à estrutura social, aos sistemas de crenças e padrões de comportamento, afastando-se, assim, da tese mais marcadamente cultural de Rapoport e encaminhando a seguinte definição:

“Arquitetura vernacular compreende as moradias e outras construções dos povos. Relacionadas a seus contextos ambientais e recursos disponíveis, são geralmente construídas pelos próprios donos ou pela comunidade com a utilização de tecnologias tradicionais. Todas as formas de arquitetura vernacular são construídas para atender a fins específicos, acomodar valores, economias e modos de vida das culturas que as produzem” (OLIVER, 1997, p. xxiii).

Na enciclopédia, Oliver ainda distingue “arquitetura vernacular”, de “arquitetura popular” e de “arquitetura neovernacular”. Denomina de “popular” a arquitetura suburbana desenvolvida a partir do século XIX na Europa, e justifica sua ausência da enciclopédia por não ser feita pelo povo e sim “para o povo”. Já o adjetivo “neovernacular” é aplicado à arquitetura dos assentamentos populares urbanos, definidos também como informais ou invasões, em decorrência da relação que teriam com tradições “vernaculares”, mas, de todo modo, a distingue daquela que é o foco da enciclopédia. Oliver justifica, ainda, o uso do termo “vernacular” porque ao remeter à língua ou dialeto local, indicaria a existência de uma “linguagem construtiva” comum e contemplaria suas variações.

A abordagem conceitual e metodológica do arquiteto italiano Enrico Guidoni também

se fundamenta numa visão da arquitetura popular como parte de fenômenos culturais globais, mas com uma ênfase maior na sua abordagem histórica, territorial e política. Mais do que tecnologia ou emprego de recursos materiais, para Guidoni, a arquitetura é um instrumento político e social que deve ser abordado com relação à sociedade que o produz e interpreta, e com relação às atividades econômicas e rituais com que convive. Este autor adota, contudo, “recortes” societários mais restritos do que Rapoport e Oliver, ligados, um lado, ao meio rural, ao modo de produção artesanal e à cultura camponesa (GUIDONI, 1980) e, de outro, ao que denomina de “sociedades primitivas” (GUIDONI, 1987). Distingue, assim, uma “arquitetura primitiva” de uma “arquitetura popular”. Entende que a primeira é um tema autônomo, que teria seu próprio campo e metodologia, criticando, assim, o modo como Rapoport e Oliver a têm tratado em seus estudos, em conjunto com o que denominam de “arquitetura vernacular”. Em Rapoport, critica também o caráter a-histórico de suas análises, o foco em conceitos espaciais elementares, a separação entre relações sociais e ordem espacial e, por fim, a correspondência que estabeleceria entre desenvolvimento econômico e complexidade arquitetônica (GUIDONI, 1987). Em Oliver, critica o seu conceito de “arquitetura vernacular” por envolver expressões arquitetônicas muito distintas, o que, para Guidoni, comprometeria qualquer pretensão metodológica (IDEM). Critica ainda em Oliver o privilégio dado aos ambientes geográficos ao invés de aos complexos históricos específicos, o que, a seu ver, reduziria a arquitetura a uma mera resposta ao ambiente natural e contradiria a própria proposta de abordagem cultural explicitada por este autor. Guidoni afirma que essa mesma ambiguidade e oscilação entre uma abordagem antropológica e outra que admite a arquitetura como produto das relações com o meio ambiente, estaria presente em Rapoport (IDEM).

A solução conceitual e metodológica que Guidoni apresenta é então estender a noção de arquitetura para o conjunto formado por território, assentamento e habitação, desprezando-se soluções técnicas isoladas resultantes de pressões ambientais, e focalizando a arquitetura como instrumento de poder e de governo, destinado a manter a ordem social. Como materialista histórico, Guidoni entende que os meios e as relações de produção condicionam as relações entre grupo e território, bem como entre indivíduo e comunidade, e, por isso, a “arquitetura primitiva” teria especificidades muito distintas daquelas da “arquitetura popular” ou “vernacular”. Seria, em suma, expressão das

atividades espaciais de sociedades pré-Estatais que ocupam territórios específicos e preservam um alto grau de independência política e econômica com relação às demais sociedades com as quais mantêm contato. Já a “arquitetura popular”, expressaria as atividades espaciais de grupos que ocupam territórios política e economicamente subordinados a um complexo Estatal ou articulados a um sistema desigual de distribuição dos meios de produção (GUIDONI, 1987). Assim, essa arquitetura funcionaria de modo “semiautônomo” e, por isso, é possível encontrar nela traços primitivos, bem como outros importados e decorrentes da relação mantida com a sociedade dominante. Recomenda então a adoção de dois princípios fundamentais no estudo da “arquitetura primitiva”: aderência à uma perspectiva histórica global sem perder de vista a unidade entre arquitetura e contextos políticos e sociais; e pesquisa de campo exaustiva, tomando-se como evidência a arquitetura de cada grupo que tenha um conjunto específico de crenças e tecnologias. Esses princípios conduziram à uma metodologia que focaliza a “arquitetura do território”, a relação entre propriedade da terra e arquitetura e os modos como a tradição é utilizada em seus aspectos simbólicos e artísticos pelo grupo que a reproduz (IDEM).

Em termos cronológicos e tipológicos, contudo, a abordagem defendida por Guidoni para o que denomina de “arquitetura popular” (GUIDONI, 1980), assemelha-se às de Rapoport e Oliver, embora contenha, em decorrência do seu compromisso com a crítica à política urbana e habitacional italiana, uma postura mais radical quanto à possibilidade de existência de manifestações arquitetônicas populares “genuínas” em contextos urbanos mais complexos. Afirma que uma “cultura arquitetônica popular” somente sobreviveria se condições de relativa autonomia cultural, econômica e de gestão permanecem. Para ele, essa cultura e suas tradições tenderiam a desaparecer em contato com o mundo industrial e urbano, bem como com as políticas governamentais de habitação e urbanismo. Nessas situações, o legado popular permaneceria apenas em detalhes, no uso particular do espaço interno e em elementos acessórios e extra arquitetônicos (GUIDONI, 1980, p. 158).

Metodologicamente, Guidoni advoga que dados históricos e antropológicos fundamentem a análise das características, componentes e variantes da arquitetura popular. Ou seja, que ela seja posta em relação com o “povo” que a produziu, consideradas as estratificações temporais, os condicionantes físicos e geográficos e as

trocas e encontros com a cultura urbana e estatal. Chama a atenção também para a importância dos estatutos urbanos e das normas consuetudinárias como fontes importantes da história das comunidades campesinas, do assentamento e do território, e também para o material produzido por fotógrafos e etnógrafos no registro dessa arquitetura em seus nexos com a vida cotidiana e com as tradições locais (GUIDONI, 1980, p. 5-16).

Guidoni ressaltava ainda os aspectos urbanísticos da tradição popular, assinalando sua influência fundamental nas características de ocupação e agenciamento espacial dos núcleos urbanos pré-industriais da Itália. Esse “urbanismo popular” que, na Itália, teria se constituído durante o *boom* urbano do final da Idade Média, resultaria, assim como algumas arquiteturas urbanas, de uma cultura marcadamente camponesa (GUIDONI, 1980, p. 3-4). Outro aspecto da conformação do espaço popular que é bastante enfatizado pelo autor é sua relação com o sagrado. Esta relação surgiria nos signos religiosos apostos às fachadas, portas e janelas, e também na sacralização e individuação de lugares e territórios, por meio de rochas e árvores sagradas, ou da edificação de cruzeiros, edículas e nichos. Estes elementos, cujo significado somente seria apreensível por meio de uma abordagem antropológica, constituem, para Guidoni, pontos determinantes da paisagem e indicariam que o espaço popular não pode ser compreendido fora da rede de crenças, tradições e de uso que transcendem a mera esfera construtiva.

Como Rapoport e Oliver, Guidoni também destaca a casa como a tipologia arquitetônica que mais preserva as tradições populares e atua como um indicador privilegiado das relações comunitárias, tanto por meio do seu aspecto exterior quanto por sua adaptabilidade ao espaço disponível. Observa que o interior da casa popular é pouco estudado em termos da cultura do espaço habitado, dos modelos de seleção e de agregação de objetos e da relação com a estrutura edilícia. Observa que nas casas populares os ambientes mais importantes (áreas de dormir, rezar e cozinhar) são rigorosamente estruturadas espacialmente, mas que os objetos e instrumentos de trabalho sempre prevalecem sobre a mobília, que é tratada como entidade isolada e relativamente independente do espaço arquitetônico (GUIDONI, 1980, p. 206-216).

Rapoport (1969), Oliver (2006) e Guidoni (1980) buscam o rigor terminológico e em

todos eles encontra-se uma definição acabada de arquitetura “primitiva”, “vernacular” ou “popular”. Em nenhum deles, contudo, se encontra uma oposição radical entre “vernacular” e “popular”, sendo a escolha de um ou de outro termo vinculada também às conotações que têm na língua de cada autor e à uma maior ou menor adequação ao conteúdo dos conceitos com os quais operam.

Bernard Rudofsky,<sup>8</sup> por sua vez, em seu célebre texto *Architecture without architects: a short introduction to non-pedigreed architecture* (1964), desenvolve, sem preocupações terminológicas, uma crítica contundente da própria noção de arquitetura. Seu objetivo é denunciar o caráter limitado do ensino da arquitetura no Ocidente, que seria, a seu ver, social, temporal e territorialmente restrito. Para tanto, apresenta intervenções da natureza e de animais no ambiente, conferindo-lhes o *status* de arquitetura e igualando-as às produzidas pelo homem. Na produção arquitetônica humana feita sem arquitetos, por sua vez, ressalta os procedimentos ancestrais, o caráter comunal, a adequação ao ambiente natural e, entre outros aspectos, a antecipação de soluções no sentido da pré-fabricação, padronização, mobilidade e controle climático. Rudofsky, contudo, não desenvolve ou explicita um instrumental metodológico voltado para a orientação de investigações ou de classificações neste campo. Essa falta permanece na obra *The prodigious builders* (de 1977), na qual Rudofsky conserva sua ideia de “arquitetura sem-pedigree” e critica a inadequação da divisão do campo em “arquitetura feita por arquitetos”, “arquitetura primitiva ou pré-histórica”, “arquitetura vernacular” e “arquitetura feita por animais ou pela natureza”.

Uma autora que também questiona a própria ideia de arquitetura, contudo, com propriedade e rigor conceitual e metodológico é Paola Berenstein Jacques. No livro *Estética da ginga: a arquitetura das favelas através da obra de Hélio Oiticica* (2003), questiona o status de não-arquitetura que é conferido às edificações dos assentamentos populares e afirma a existência de um “dispositivo arquitetônico e urbanístico” e de uma estética específicos desses assentamentos. Essa estética é desvendada a partir da obra do artista tropicalista Hélio Oiticica e esse dispositivo é descrito com o apoio dos conceitos de Fragmento, Labirinto e Rizoma que busca no pensamento pós-

---

<sup>8</sup> As observações seguintes sobre Rudofsky são produto da leitura de suas obras realizada por Daniel Mellado Paz, membro da equipe de pesquisa do Guia de Fontes sobre Arquitetura Popular.

estruturalista de Foucault, Deleuze e Derrida.

O processo de formação das favelas do ponto de vista arquitetônico e urbanístico teria, segundo Jacques, características próprias expressas por uma arquitetura composta de fragmentos (os barracos), por uma aglomeração que toma a forma de labirintos e por um tipo de ocupação do espaço urbano que se assemelha aos rizomas, isto é, ao “mato” que brota em qualquer fresta e que sobrevive e se reproduz em condições adversas. Como “arquitetura do acaso” e da necessidade, a arquitetura da favela é definida pela autora como um “produto de bricolagem”, cuja estética e poesia surgem do inesperado e do improvisado, como nos efeitos visuais que os movimentos dos Parangolés de Oiticica criam. Enquanto fragmento, a lógica dessa arquitetura seria vinculada ao acaso, ao aleatório e à incompletude, portanto, diferente da que preside a arquitetura como algo sólido, durável e esteticamente unitário.

O espaço da favela, conforme descrito por Jacques, é formado também segundo a lógica “sem projeto” que fundamenta sua arquitetura, o que produz uma configuração labiríntica, mas que desorienta apenas os “de fora”. Percorrer esse espaço, caracterizado por meandros e “quebradas”, pediria a ginga de corpo de quem é habituado a sambar e uma disponibilidade para experiências espaciais diversas que a autora compara às proporcionadas pelas instalações de Oitica. Essas reflexões, conduzem, por fim, à noção chave de “espaço-movimento” que Jacques propõe para abordar a formação, o desenvolvimento e o crescimento das favelas e de sua arquitetura. Essa noção remete não somente à ação dos sujeitos que constroem, transformam e percorrem esses assentamentos populares, mas também à ideia de obra coletiva em permanente andamento. Atuar nesses espaços, implicaria então, para Jacques, uma nova sensibilidade e a formação de um tipo de profissional de arquitetura que seja menos projetista e mais organizador de fluxos, bem como tradutor e catalizador dos desejos daqueles que os habitam.

Paola Berenstein Jacques tem o pioneirismo de reconhecer valores estéticos em assentamentos percebidos, principalmente, como produtos de “desordem”, “caos” e “feiura”. Além de ajudar a descrever e abordar a forma que tomam a partir da sua dinâmica e lógica peculiar de surgimento, crescimento e transformação, a autora constrói uma metodologia adequada para percebê-los e abordá-los do ponto de vista da

intervenção.

Um desenvolvimento conceitual distinto e até contrário aos precedentes, mas, ao mesmo tempo, articulado à questão atual da sustentabilidade, encontra-se no arquiteto mexicano Alfonso Ramírez Ponce. Embora, de um modo geral, a literatura percorrida que articula essa questão à arquitetura popular não tenha maiores preocupações conceituais, num pequeno texto intitulado *Arquitetura regional e sustentável* (2008), Ponce defende o uso dos termos “arquitetura regional” ou “indígena” (no sentido pertencente ao lugar) para designar o universo no qual se encontrariam a arquitetura vernacular e aquela que, contemporaneamente, incorpora a ideia de sustentabilidade decorrente do uso de matérias-primas locais, da adaptação ao meio e da utilização de materiais com baixo consumo de energia. A arquitetura vernacular, contudo, se distinguiria da contemporânea considerada ambientalmente “apropriada”, por ser “autônoma”, originária e pertencente a um lugar. A abordagem conceitual de Ramírez Ponce responde mais, portanto, às questões relacionadas ao desempenho ambiental e energético da arquitetura e às suas qualidades bioclimáticas, do que à orientação de investigações mais amplas no campo da arquitetura e do assentamento popular. Sua metodologia é dirigida à prática do projeto que toma como referência sistemas construtivos e qualidades da arquitetura tradicional, sendo essa a sua força e ao mesmo tempo sua fragilidade, já que reúne no mesmo universo denominado de “arquitetura regional”, produções arquitetônicas de natureza muito distinta.

Günter Weimer, o principal nome da literatura brasileira dedicada especificamente ao tema da arquitetura popular, reduz o problema conceitual do campo à solução de um problema etimológico. Para este autor, o vocábulo “vernacular” seria etimologicamente inadequado à arquitetura e à língua portuguesa por ter uma conotação pejorativa, já que designa originalmente “escravo”, “bobo”, “patife” e “velhaco” (WEIMER, 2005, p. xxxix; p.xl). Assim, defende o uso do termo “popular” porque designaria o que “é próprio das camadas intermediárias da população”, excluindo a arquitetura das elites e dos favelados. Ao mesmo tempo, afirma que a expressão “arquitetura popular” se referiria àquela “que é própria do povo e por ele é realizada” (WEIMER, 2005, p. xl; p. xli).

A explicitação do conteúdo da ideia de arquitetura popular de Weimer revela uma

abordagem conceitual e metodológica frágil e confusa. Na descrição das características gerais dessa arquitetura, o autor ressalta a utilização dos materiais fornecidos pelo meio e o “respeito às tradições do grupo”, expressando uma visão dual semelhante à que Guidoni critica em Oliver (WEIMER, 2005, p. xli-xliii). Além disso, na defesa da ideia de uma arquitetura popular “brasileira” vai em busca das contribuições arquitetônicas dos diversos grupos ibéricos, africanos, indígenas e europeus que formam o “povo brasileiro”, mas, em dado momento, essa abordagem de caráter mais cultural é posta de lado e o autor passa a descrever essa arquitetura a partir dos materiais que utiliza, sejam naturais ou industriais. A abordagem conceitual e metodológica de Weimer ressentese, portanto, de uma dificuldade de explicitação das questões que quer tratar e, ainda, do equívoco decorrente da tentativa de identificar uma tradição “brasileira” a partir de um conjunto de contribuições étnicas e regionais absolutamente diversas.

## **POR UMA AGENDA DE ESTUDOS**

Esses apontamentos sobre as várias abordagens conceituais e metodológicas do campo confirmam a importância de se articular o estudo do espaço popular produzido fora dos circuitos especializados da arquitetura e do urbanismo ao seu contexto histórico, social, econômico, cultural e territorial de produção e não somente aos seus aspectos especificamente arquitetônicos e construtivos. Para tanto, é fundamental o desenvolvimento de uma abordagem integrada, multidisciplinar e adequada às questões suscitadas por seus produtores, pelo contexto sociocultural, político e econômico e pelos saberes que a produção popular mobiliza. Demonstam ainda o caráter limitado das principais abordagens estrangeiras examinadas com relação à arquitetura e ao assentamento urbano popular. Essa limitação parece decorrer, em grande parte, da colocação de uma noção de cultura autóctone ou “autônoma” no centro do fenômeno, de uma dificuldade de incluir na análise as complexas relações fundiárias, locacionais, sociais, de mobilidade e de acesso a materiais que estão em jogo nos grandes centros urbanos e de contemplar dinâmicas culturais e estéticas que são produtos de múltiplos contatos, trocas, tradições e influências. Em suma, há nos teóricos contemporâneos, à exceção de Jacques (2003), uma dificuldade de abordar no universo da arquitetura popular o que talvez se possa chamar de culturas urbanas contemporâneas – culturas

que, com a popularização da internet, dos novos aparatos de comunicação e das onipresentes relações de produção capitalistas, já invadiram também os pequenos núcleos e o mundo rural.

Os apontamentos feitos até o momento indicam, por fim, a necessidade da construção, no Brasil, de uma agenda de estudos sobre o espaço arquitetônico e urbanístico popular, no sentido apontado acima e com vistas à produção das informações necessárias a uma formação acadêmica na área da arquitetura e do urbanismo mais adequada e menos lacunar no que toca à realidade social e urbana do país. Estudos que subsidiem políticas públicas de habitação e de planejamento urbano e territorial, e contribuam para o desenvolvimento um tecnológico que inclua e valorize as técnicas e saberes associados à produção popular.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Mario. A Capela de Santo Antônio. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, nº 01, Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde: Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937, pp 119-126.

ALHO, Getúlio Geraldo R. **Três casas indígenas**: pesquisa arquitetônica sobre a casa em três grupos – Tukano, Tapirapé e Ramkokamekra. 1985. 91 f. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Engenharia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 1985.

AKA, Jean Paul Monin. **Inventário das Tipologias, Morfologia, e do Processo de Produção do Espaço Concreto** – O Caso de Novo Alagados em Salvador, Bahia - Brasil. Dissertação de Mestrado – Mestrado em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (UFBA - Salvador, 1997).

ARAÚJO, Geraldo Bezerra. **Recomendações para Melhoria Tecnológica da Vedação Vertical em Técnica Mista em Habitação de Interesse Social: Um Estudo de Caso no Bairro de Alegre em São Sebastião do Passé**. Dissertação de Mestrado – Mestrado em Engenharia Ambiental Urbana, Universidade Federal da Bahia. Escola Politécnica, 2007.

BAHIA. Secretaria da Indústria e Comércio. **IPAC-BA: Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia**. Salvador: Secretaria da Indústria e Comércio, 1975-2002. 7v.

BARDI, Lina Bo. **Tempos de Grossura: o Design no Impasse**. São Paulo: Instituto Lina Bo e P. M. Bardi, 1994.

BARRETO, Demis Ian Sbroglia; WEIMER, Günter; MEDEIROS, Humberto, HOLZER, Werther. **A arquitetura popular do Brasil**. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2010.

BASTIDE, Roger. **O candomblé da Bahia**: rito Nagô. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

BERTUSSI, Paulo Iroquez; WEIMER, Gunter (org.). **A arquitetura no Rio Grande do Sul**. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

BLASI, Domenico, MERELLO, B.; SCUDO, Giovanni. Desempenho Térmico da Arquitetura Vernacular Italiana. Tradução de Anita Regina Di Marco. In: **Projeto – revista brasileira de arquitetura, planejamento, desenho industrial e construção**, nº 72, janeiro 1985. São Paulo: Projeto Editores Associados Ltda, p.105-106.

BOCHICCHIO, Silvia. **Movimento dos Sem Teto de Salvador: Estratégias de Apropriação dos Espaços e Territorialização**. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal da Bahia – IGEO (Instituto de Geociências). Salvador, 2008.

CARNEIRO, Edison. **Candomblés da Bahia**. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1967.

CARVALHO, Eduardo Teixeira de. **Os Alagados da Bahia**: intervenções públicas e apropriação informal do espaço urbano. 2002. 200 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002.

COSTA, Lucio. “Documentação Necessária”. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, nº 01, Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde: Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937, pp 31-39.

COSTA, Maria Heloísa Fénelon; MALHANO, Hamilton Botelho. Habitação indígena brasileira. In: RIBEIRO, Berta. (Org.). **Suma etnológica brasileira**. Petrópolis, RJ: Vozes; Finep, 1986.

CUNHA, Marianno Carneiro da. **Da senzala ao sobrado**: arquitetura brasileira na Nigéria e na República Popular do Benim. São Paulo: Nobel; EDUSP, 1985.

DAVIS, Mike. **Planeta favela**. São Paulo: Boitempo, 2006.

FARIA, Juliana Prestes Ribeiro de e REZENDE, Marco Antônio Penido de. “Um olhar retrospectivo: o discurso dos viajantes sobre a arquitetura de terra em Minas Gerais”. In: **Terra Brasil: Congresso de Arquitetura e Construção com Terra Crua**, n. 3, 2010. Campo Grande, Campo Grande, 2010, 19 p.

FREYRE, Gilberto. **Mucambos do Nordeste: algumas notas sobre o tipo de casa popular mais primitivo do nordeste do Brasil**. 2.ed. rev. e pref. pelo autor. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, Imprensa Universitária, 1967.

GUIDONI, Enrico. **L’architettura popolare italiana**. Roma: Editori Laterza, 1980.

GUIDONI, Enrico. **Primitive Architecture**. Milan: Electra Editrice; New York: Rizzoli International Publications, 1987.

GUIMARAENS, Dinah; CAVALCANTI, Lauro. **Arquitetura kitsch suburbana e rural**. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1979.

IZARD, Jean-Louis & GUYOT, Alain. **Arquitetura Bioclimática**. 2ed. Mexico, DF: Ed. Gustavo Gili, 1983.

JACQUES, Paola Berenstein. **Estética da ginga**: a arquitetura das favelas através da obra de Hélio Oiticica. 2. ed. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

KANAN, Maria Isabel. **Manual de conservação e intervenção em argamassas e revestimentos à base de cal**. Brasília, DF: Iphan/Programa Monumenta, 2008.

KATINSKY, Julio. **Um guia para a história da técnica no Brasil Colônia**. 2. ed. São Paulo: FAU/USP, 1998.

KUNIYOSHI, Celina; SEGAWA, Hugo; PIRES, Walter. Arquitetura da imigração japonesa. **Projeto**, São Paulo, n. 72, p. 99-104, fev. 1985.

LEMOS, Carlos A. C. **Cozinhas, etc**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978.

MALHANO, Hamilton Botelho. **Repensando a técnica construtiva no Alto Xingu-MS**. Curso de Processos e Técnicas nas Artes Visuais, Mestrado em História da Arte, Pós-Graduação em Artes Visuais, Escola de Belas Artes da UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Texto inédito).

MALHANO, Hamilton Botelho. **Poética altoxiguana: a metáfora do abrigo – uma etnografia da casa**. 1993. 200 f. Dissertação de Mestrado – Escola de Belas Artes, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1993.

MATEUS, João Mascarenhas. “Nomadismos das culturas da terra, da pedra e da madeira. Um tema fundacional da história da construção luso-brasileira” In: RIBEIRO, Nelson Pôrto (org). **Subsídios para uma história da construção luso-brasileira**. Rio de Janeiro: Pod Editora, 2013, p. 29-43.

Mestres e Artífices de Minas Gerais / coordenação de Leonardo Barci Castriota. Brasília, DF: IPHAN, 2012.

Mestres Artífices de Pernambuco / coordenação de Andrea Zerbetto e Rodrigo Torres. Brasília-DF: Iphan, 2012.

Mestres artífices de Santa Catarina / coordenação de Margareth de Castro Afeche Pimenta. – Brasília, DF: Iphan, 2012.

NASCIMENTO, Iris Salles. **O espaço do terreiro e o espaço da cidade: cultura negra e estruturação do espaço urbano**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Arquitetura, Salvador, 1989.

OLIVEIRA, Mario Mendonça de. **Tecnología de la conservación y restauración: materiales y estructuras**. 1995. 200 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia –UFBA/PNUD-UNESCO, Salvador, 1995.

OLIVEIRA, Mário Mendonça de; SANTIAGO, Cybèle Celestino; LEAL, João Legal. **Rudimentos para oficiais de construção e restauração**. ABRACOR, Rio de Janeiro, 1996.

OLIVER, Paul. (Edit.). **Encyclopedia of vernacular architecture of the world**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1997.

OLIVER, Paul. **Built to meet needs: cultural issues in vernacular architecture**. New York: Princeton Architectural Press, 2006 a.

OLIVER, Paul. “Necessity and sustainability: The impending crisis”. In: OLIVER, P. **Built to Meet Needs: cultural issues in vernacular architecture**. Oxford: Architectural Press, 2006 b, pp. 411-425.

OLIVER, Paul. “Earth as a building material today”. In: OLIVER, P. **Built to Meet Needs: cultural issues in vernacular architecture**. Oxford: Architectural Press, 2006 c, pp. 129-142.

PINTO, Edna M.; NEGREIROS, Bianca de Abreu; VIEIRA, Cintia; SOUZA, Alain Henrique. **Taipa em João Câmara/RN, solução para abalos sísmicos**. In: 1º Congresso de História da Construção Luso-brasileira, Vitória, ES. 04 a 06 de setembro, Campus da Universidade Federal do Espírito Santo. 2013.

RAMÍREZ PONCE, Alfonso. Arquitetura regional e sustentável. **Arquitextos**, São Paulo, Vitruvius, p. inicial-final, abr. 2008.

RAPOPORT, Amos. **House, form and culture**. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1969.

RODRIGUES, Nina. **Os africanos no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

RUDOFISKY, Bernard. **Architecture without architects: a short introduction to non-pedigreed architecture**. New York: Doubleday & Company Inc., 1964.

RUDOFISKY, Bernard. **The prodigious builders: notes toward a natural history of architecture with special regard to those species that are traditionally neglected or downright ignored**. New York; London: Harcourt Brace Jovanovich, 1977.

SAIA, Luís. “Notas sobre Arquitetura Rural do Segundo Século”. In: **Revista do SPHAN**, n. 08. Rio de Janeiro: MES, 1944, pp 211-275.

SANTIAGO, Cybele Celestino. **O solo como material de construção**. 2ª ed. Salvador EDUFBA, 2001.

SANTOS, Carlos Nelson F. dos. **Movimentos Urbanos no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

SANTOS, Juana Elbein dos. **Os Nagô e a morte: pàdè, asèsè e o culto dos Égun na Bahia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986.

SILVA FILHO, Olavo Pereira da. **Carnaúba, pedra e barro na Capitania de São José do Piauí**. Belo Horizonte: Ed. do Autor, 2007. 3v.

TURNER, John F. C. **Housing by People: towards autonomy in building environments**. New York: Pantheon Books, 1977.

VALLADARES, Lícia do Prado. “Estudos Recentes sobre a Habitação no Brasil: Resenha da Literatura”. In: VALLADARES, Lícia do P. (org). **Repensando a Habitação no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983, pp. 21-77.

VALENTINI, Jussara. **A arquitetura do imigrante polonês na região de Curitiba**. Curitiba: Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, 1982.

VASCONCELLOS, Sylvio de. **Arquitetura no Brasil: sistemas construtivos**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 1979.

VELAME, Fábio Macêdo. As lacunas nos tombamentos de terreiros de candomblé: permanências do patrimônio afro-brasileiro na cidade. In: GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras; CORRÊA, Elyane Lins. (Orgs.). **Reconceituações contemporâneas do patrimônio**. Salvador: EDUFBA, 2011.

WEIMER, Günter. **Arquitetura popular brasileira**: São Paulo: Martins Fontes, 2005.

ZAMBUZZI, Mabel. **O espaço material e imaterial do candomblé na Bahia**: o que e como proteger? Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de arquitetura, Salvador, 2010.